



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE INDICATIVO DE LEI ORDINÁRIA Nº 43 DE NOVEMBRO DE 2023.  
PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 33843/2023**

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

AUTOR: DEPUTADO DR. VINICIUS

**I – RELATÓRIO E VOTO.**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de indicação nº 43 de novembro de 2023, de autoria do Senhor Deputado Dr. Vinicius, que tem a seguinte ementa: **“Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Fonoaudiólogo a fim de dispor sobre o piso salarial da categoria e determina outras providências.”**

O nobre Deputado pleiteia garantir um piso salarial de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais) aos fonoaudiólogos, referente a uma jornada de 6 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais. Outrossim, estipula como índice de reajuste o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Por ser autorizativo, o projeto não esbarra em qualquer vício de iniciativa, pois o instrumento normativo em questão serve apenas para indicar ao Poder Executivo a necessidade de aplicação da regra, ou seja, apenas indica a faculdade de regulamentar ou não a questão invocada sem lhe cominar qualquer sanção e, por ser mero indicativo, não comporta a análise quanto eventual inconstitucionalidade.

O referido indicativo de projeto de lei em consonância com o Art. 75, da Constituição do Estado bem como as disposições regimentais contida nos artigos 105, § 2º, 114 e 115 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos como ementa enunciativa, clareza e precisão do objeto e justificativa.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua Constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, minha manifestação é favorável à constitucionalidade da matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

## II – DO PARECER DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 19 de março de 2024.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM: 26/03/2024
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: